

# Argentina: território usado, urbanização e circuitos da economia urbana

## Introdução

*María Laura Silveira*

Cada período histórico produz um espaço geográfico, constituído por conteúdos técnicos e normativos herdados sobre os quais são desenvolvidas as novas ações, orientadas a criar objetos e normas necessários ou funcionais ao tempo presente. A esse processo pelo qual o espaço incorpora dados centrais do período histórico vigente que importam em transformações materiais e organizacionais podemos denominar modernização. Não se trata de uma concepção linear de desenvolvimento ou de difusão de um padrão europeu de civilização no mundo inteiro, própria de debates ultrapassados, mas de compreender cada modernização como a configuração de uma divisão territorial do trabalho hegemônica. Contudo, é o termo no plural – modernizações – o que nos permitiria apreender a coerência do tempo histórico, já que é um processo incessante e dialético.

Espaço geográfico e território usado são vistos aqui como sinônimos (SANTOS, 1994; SANTOS; SILVEIRA, 2001), uma vez que nos referimos, com ambos os conceitos, à interdependência e indissociabilidade entre materialidade e ação humana, entre o território já utilizado e o território sendo usado. É desse modo que podemos ver a globalização na sua realidade histórica, para além da sua constituição discursiva.

Entretanto, o uso do território resulta de múltiplas determinações intrínsecas aos diversos níveis de decisão dos agentes que conformam divisões do trabalho, sucessivas e sobrepostas. Exercido na mediação dos objetos e das normas, o poder desigual dos agentes se corporifica na seletividade da modernização. As firmas produzem suas próprias divisões do trabalho ao estabelecer pontos e áreas como bases da sua produção, circulação e consumo. Uma empresa existe graças a essa

topologia e, consideradas em conjunto, as topologias fazem do território um rendilhado, tanto mais amplo e denso quanto maiores sejam as possibilidades técnicas de separar as etapas da produção, nas diferentes regiões do país e inclusive no exterior, e as vantagens oferecidas pelo poder público.

Na linha de pesquisa que desenvolvemos<sup>1</sup>, a questão fundamental é encontrar as evidências de uma nova divisão territorial do trabalho, isto é, os indícios de um processo de modernização que revela a substituição de uma divisão territorial do trabalho por outra. Não podemos esquecer que cada momento do processo de urbanização é inerente a uma dada divisão territorial do trabalho. Isto significa que a urbanização pode acelerar-se e criar ou reforçar grandes corpos urbanos como as metrópoles, aumentar o número e tamanho das cidades médias e multiplicar ou diminuir as pequenas aglomerações. Daí a constituição de áreas polarizadoras e polarizadas, cuja explicação não pode ser encontrada unicamente nas hierarquias urbanas herdadas mas, sobretudo, nos dados novos do período, tais como as relações amplas e extrovertidas provocadas pela instalação de uma etapa da produção de uma grande empresa ou pelo desenvolvimento de serviços quaternários. Essa nova geografia é consequência, e de alguma maneira causa, das relações entre o Estado e as novas formas de organização da produção.

Desse modo, no território usado, a economia não funciona como um sistema indiferenciado, mas como uma arena de disputa entre agentes de força desigual em função dos elementos técnicos, normativos e financeiros de que dispõem. Com Giddens (1987) poderíamos afirmar que, para criar o poder, existem recursos de alocação, isto é, recursos materiais que transformam o entorno e os artefatos físicos, e recursos de autoridade que são imateriais, como a capacidade de alguns agentes para controlar os outros. Por isso, a cada modernização altera-se a natureza das articulações horizontais e verticais dos agentes e das atividades econômicas.

Em consequência, não apenas na diacronia as divisões do trabalho são plurais, mas também na sincronia. Em cada cidade coexistem divisões do trabalho com níveis significativamente diferentes de tecnologia, capital e organização. É assim que podemos continuar reconhecendo um circuito superior com sua porção

---

1 *Proyecto de Investigación Plurianual* de CONICET “Territorio usado, urbanización y circuitos de la economía urbana en el área concentrada de Argentina” (PIP n° 112 201301 00623 CO), Instituto de Geografía Romualdo Ardisson, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, em andamento. Cabe mencionar, também, o *Proyecto de Investigación Conjunto* CONICET-FAPESP “Urbanización y fenómeno financiero en Buenos Aires y São Paulo en el período de la globalización”, Instituto de Geografía Romualdo Ardisson, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires-Departamento de Geografía, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013-2015.

marginal e um circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 1975; SILVEIRA, 2007; 2016).

Na substituição de uma divisão territorial do trabalho por outra, certos agentes e atividades perdem e outros ganham hegemonia. Em decorrência, o circuito superior muda suas feições e comportamentos e o circuito inferior se adapta e multiplica para garantir a sobrevivência de significativas camadas da população. Quanto maior a velocidade dessa substituição, o conjunto de atividades será mais heterogêneo e sua desvalorização será mais acelerada. Na formação socioespacial argentina, a difusão concentrada das variáveis determinantes e dominantes do período (SANTOS, 1996) se dá num espaço precocemente urbanizado e mecanizado, cuja estruturação advém de uma rede urbana consolidada e constituída por núcleos próximos e interdependentes. Conformada pela Ciudad Autónoma de Buenos Aires e pelas províncias de Buenos Aires, Córdoba e Santa Fe e coincidindo *grosso modo* com a tradicionalmente denominada região dos pampas, essa porção do território revela o retrato mais complexo de superposição e substituição de divisões do trabalho do país. Na definição que estamos propondo, os limites interessam menos do que a coerência funcional apreendida na substituição de divisões territoriais do trabalho. Maiores densidades demográficas e econômicas relativas, advindas de uma ocupação agropecuária e industrial de longa data, da existência de infraestruturas e de funções político-administrativas permitem esboçar algumas causas da concentração.

O acontecer solidário, que explica o movimento interdependente dos lugares na globalização, assume três formas (SANTOS, 1996): homólogo, complementar e hierárquico. O acontecer homólogo retrata o tecido do campo modernizado, as especializações territoriais produtivas e a vida das pequenas cidades que se reorganizam em torno de alguma etapa da produção de uma empresa. É particularmente interessante o caso da Aceitera General Deheza, na cidade do mesmo nome no sul da província de Córdoba, tal como abordado por Gabriela Maldonado.

As relações de produção e consumo entre um campo biotecnológico e financeirizado e as cidades médias, capazes de oferecer as condições para o desenvolvimento das ações técnicas necessárias, podem ser identificadas como um acontecer complementar. É assim que Natalia Astegiano e Matías Donato Laborde entendem as novas localizações de *holdings* como John Deere, Case New Holland e AGCO vinculadas aos métodos de plantio direto e agricultura de precisão que promoveram a mecanização na área concentrada. É também o caso das relações interurbanas indispensáveis ao intercâmbio de bens e serviços ao longo da rede

urbana, cuja manifestação mais evidente parece ser o ensino superior, como podemos ver no artigo do Ignacio Celis Marín.

Já o acontecer hierárquico está dado pelos laços verticais entre essas áreas modernas de produção e os grandes centros, no país e no exterior, que podem abrigar ações políticas das empresas e do Estado. Como exprime Silvia Busch, para as firmas produtoras de alimentos de rápida preparação a existência de um escritório em Buenos Aires torna-se um dado do seu nível de capitalização. Gabriela Maldonado (2013) já tinha discutido como as firmas globais da produção agropecuária e uma porção marginal desse circuito superior constituída por consultoras exerciam o comando nas sedes de Buenos Aires. Poderíamos dizer que uma área é concentrada não apenas pela densidade das variáveis da globalização, mas também pela existência de um polo de mando, isto é, um foco emissor de uma parcela significativa do acontecer hierárquico na forma de ordens financeiras, mercantis, científicas e tecnológicas.

Pensamos que a difusão das inovações nessa porção do território cria novas condições de produção e, em decorrência, reorganiza o circuito superior e o circuito inferior das economias urbanas. Dir-se-ia que estamos perante um processo de tecnificação, caracterizado pela propagação de sistemas técnicos intensivos em capital que constituem uma variável intrínseca do circuito superior e, portanto, contribuem para redefinir as decisões de localização industrial. Em outras palavras, a partir de certa banalização dos objetos técnicos é possível desenvolver a ação pretendida da maneira mais eficaz: “com o advento do espaço racional, este se torna uma verdadeira máquina, cuja energia é a informação e onde são as próprias coisas que constituem o esquema de nossa ação possível” (SANTOS, 1996, p. 241). Em oposição à ação espontânea e ao saber empírico, a ação pretendida é fundamentada na qualificação, razão pela qual o ensino universitário conhece hoje uma verdadeira capilarização. Hoje o sistema universitário alcança não poucos lugares graças à incorporação de tecnologia que permite o ensino à distância e, desse modo, os profissionais formados são capazes de utilizar os novos objetos técnicos nos diversos lugares, tal como analisa Ignacio Celis Marín. Se o território usado revela uma modernização seletiva, as normas devem completar o processo de racionalização, preparando a chegada ou a partida das indústrias.

Dessa maneira, poderíamos reconhecer, de um lado, forças centrípetas que revelam a política de algumas empresas de afastar-se dos núcleos metropolitanos estendendo o meio construído sem, todavia, renunciar às condições de produção socializadas que a metrópole oferece. Os sistemas técnicos com altos graus de automação demandam grandes superfícies já não disponíveis nas áreas centrais, ao tempo que as exigências de fluidez não podem ser cumpridas nas áreas

congestionadas e de sindicalização mais intensa. Malgrado as técnicas atuais permitam a teleação e o comando remoto, a proximidade física do terciário avançado e do quaternário continua sendo um fator essencial para a produção, assim como a vizinhança do principal mercado consumidor. Por essas razões defrontamo-nos com uma desconcentração relativa das empresas mais capitalizadas do circuito superior. Adensando suas topologias nas próprias aglomerações de Buenos Aires, Córdoba e Rosario ou contribuindo para expandir seus limites construídos, as empresas participam da coexistência dos acontecimentos complementar e hierárquico. É o caso da porção nordeste da província de Buenos Aires, com a construção e consolidação de modernos condomínios empresariais, dos quais o Parque Industrial Pilar é o mais importante. Este condomínio é a nova sede fabril de 200 firmas dos ramos da alimentação, farmacêutica, logística, química e muitos outros, tais como Unilever/Knorr (analisada no artigo de Silvia Busch), Bimbo de Argentina, 3 Arroyos, Bayer, Kimberly Clark Argentina, Mc Cain Argentina, Syngenta Agro, Laboratório A.C. Farma, Laboratorio Casasco, Laboratório Jaylor e Laboratório Richmond. Na cidade de Córdoba, o Parque Industrial de Ferreyra tem recebido volumosos investimentos como a instalação das fábricas da Fiat, a qual também contou com grande ajuda do Tesouro (artigo de Natalia Astegiano e Matías Donato Laborde).

De outro lado, verificamos forças centrífugas que levam unidades industriais para cidades médias e pequenas das áreas de produção agropecuária. Grandes *holdings* como Basf, Monsanto, Dupont-Dow Chemical, Syngenta, entre outras, instalam filiais vinculadas à produção de soja, milho e trigo em cidades médias como Río Cuarto, Venado Tuerto, Pergamino, Bahía Blanca, Tandil e inclusive Mar del Plata, mas também em cidades pequenas como General Deheza, Carlos Casares e Saladillo, como assevera Gabriela Maldonado.

As divisões territoriais do trabalho edificadas tanto pelas forças centrípetas como pelas forças centrífugas implantam-se sobre um meio de industrialização complexa. Desse modo, a interdependência entre o circuito superior, sua porção marginal e o circuito inferior nas cidades e ao longo da rede urbana tende a ser maior graças ao entrelaçamento de ofertas e demandas.

No entanto, nem a maior interdependência entre os circuitos nem as densidades técnicas e informacionais fazem da área concentrada uma unidade autônoma no movimento desigual e combinado das regiões do país. Embora a divisão territorial do trabalho hegemônica implique a conformação de ilhas produtivas altamente modernas fora dos difusos limites da área concentrada, também salta aos olhos que muitas delas são apenas lugares de produção de matérias primas ou insumos indispensáveis à produção de bebidas (DI NUCCI,

2011) e de alimentos de rápida preparação (artigo de Silvia Busch). Em tais situações, a integração entre pontos dentro e fora da área concentrada responde à organização particular de uma firma, embora esta encontre as condições infraestruturais e normativas no Estado e as condições mercantis dentro do próprio circuito superior. São formas de crescimento auto-propulsivo do circuito superior que provocam, ao mesmo tempo, concentração e dispersão. É verdade que, funcionalmente unidas a essas atividades capitalizadas, despontam porções marginais do circuito superior na área concentrada, como as empresas de serviços técnico-científicos para a agricultura de precisão nas cidades de Tandil, Balcarce e Pergamino (SCHIAFFINO, 2018).

Como resultado da substituição de uma divisão territorial do trabalho por outra, renova-se a composição do capital e, em consequência, o desemprego transforma-se quantitativa e qualitativamente. Desse desemprego de nova natureza deriva uma reorganização do circuito inferior. De tal modo, o circuito superior se transforma pela nova composição do capital e o circuito inferior pela sua elasticidade face ao desemprego resultante. McGee (1971, p. 74) já havia escrito que “mais pessoas entram no sistema, mais o mercado se expande”. A paisagem de comércios e serviços pouco capitalizados em numerosos municípios da Grande Buenos Aires é reveladora dessa “natureza auto-inflacionária” do mercado popular a que se referia o autor.

É na difusão do consumo que também encontramos um elemento explicativo desses fenômenos. Resultado de um trabalho científico-técnico, a produção de necessidades é concomitante à transformação do capital comercial em capital financeiro. Desse modo, algumas firmas ganham um poder extraordinário, tais como as grandes redes atacadistas, os hipermercados e supermercados, as redes de venda de eletrodomésticos e materiais de construção. De rosto comercial e coração financeiro, boa parte dessas empresas têm possibilidades de emitir produtos de crédito, cartões de fidelização e outros instrumentos, assim como de instalar-se não apenas nos centros das cidades, mas também nas periferias, onde criam novas centralidades (DI NUCCI, 2015). Vemos, por aí, que não só é modernizada a materialidade, mas também o consumo. Aumenta a dependência de insumos da economia superior e, amiúde, externa, e a necessidade de crédito, uma vez que as demandas crescem mais rapidamente do que as rendas das classes médias e pobres.

Outro aspecto fundamental é reconhecer onde se produz a articulação entre os circuitos da economia urbana. A contiguidade entre áreas de produção e áreas de comando, evidenciando a densidade do acontecer hierárquico, complementar e homólogo num pedaço do território, é um elemento central para reconhecer a formação de uma área concentrada. As formas de articulação são infinitas e, não

raro, invisíveis. Nas cidades de pequeno e médio porte é frequente que a articulação não exista nos limites da mancha urbana, mas nas relações extrovertidas que passam a unificar suas atividades econômicas com um banco nacional ou global, por meio do dinheiro depositado que será reinvestido em outra cidade, como discute Derlis Parserisas. Distribuídas pela rede urbana das províncias de Buenos Aires e Córdoba ao sabor das densidades demográficas e das densidades agrícolas, as concessionárias de veículos e maquinário agrícola são também manifestações da articulação entre um circuito superior externo e empresas e indivíduos vinculados à porção marginal do circuito superior e inclusive ao circuito inferior (artigo de Natalia Astegiano e Matías Donato Laborde). Os comércios de venda de sementes, fertilizantes e pesticidas de marcas globais também assinalam a articulação entre ofertas e demandas vinculadas à divisão territorial do trabalho hegemônica, como explica Gabriela Maldonado. Com lógicas centrífugas ou centrípetas de localização industrial, as grandes firmas revelam que uma significativa parcela da pesquisa, informação, *design*, *marketing* e gestão é produzida nos Estados Unidos e na Europa, como no exemplo da Case New Holland (artigo de Natalia Astegiano e Matías Donato Laborde), mas também no Brasil, na Tailândia e na Índia, como em certos produtos elaborados pela BRF e pela Unilever (artigo de Silvia Busch).

O sistema bancário e financeiro tem um papel central na constituição de articulações hierárquicas entre os circuitos da economia urbana. Tanto os bancos como as financeiras permitem, de um lado, a antecipação do dinheiro nos lugares para consumos produtivos e consumptivos por meio do crédito e, de outro, a drenagem da renda através dos juros cobrados nesses mesmos lugares. Historicamente concentrado nessa porção do território, o sistema bancário reforçou sua configuração a partir do processo de privatizações e fusões com indústrias e empresas de serviços, revelando que a acumulação de capital é relativamente maior na área concentrada (artigo de Derlis Parserisas). Entretanto, no contexto da modernização atual, observa-se uma nova divisão territorial do trabalho na esfera das finanças, particularmente a partir da terceirização bancária que implica uma expansão do sistema financeiro para além do sistema bancário. Embora a profusão de instituições financeiras que emitem cartões de crédito e oferecem empréstimos pessoais seja uma tendência em todo o território nacional, a densidade é mais alta na área concentrada que é, outrossim, o berço de novos cartões (artigo de Derlis Parserisas). Fenômeno semelhante é o despontar de firmas que recolhem pagamentos de serviços públicos e privados, como Rapipago e Pago Fácil, poderosos *holdings* do circuito superior que descentralizam funções a partir do que Villy Cruz chama de “comércios bancários”, pouco capitalizados e espalhados no

meio construído da cidade. O importante aumento do comércio eletrônico acrescenta mais um papel a esses comércios bancários, já que possibilitam o pagamento das compras que não são feitas pelo cartão de crédito (artigo de Villy Creuz). Igualmente, a necessidade dos imigrantes de enviar seus pequenos excedentes aos familiares nos seus países de origem encontra hoje uma resposta na economia formal a partir de firmas como Western Union e Connect Argentina Money Transfer. Essa descentralização de funções bancárias que opera fundamentalmente com dinheiro vivo coexiste com uma significativa concentração dos *gateways* na economia do pagamento virtual (artigo de Villy Creuz).

Mesmo dominante, o circuito superior necessita ampliar sua base de clientes, e o circuito inferior, desprovido de liquidez, precisa recuperá-la para poder trabalhar nessa economia. Por esse motivo, o endividamento torna-se um traço de união entre os circuitos da economia urbana.

Quando dizemos que hoje a finança não é apenas uma variável determinante, mas também dominante, buscamos sublinhar que a demanda de dinheiro se tornou ubíqua. Longe de ser espontâneo, esse fato é o resultado da publicidade e da escassez, mas também enseja a possibilidade de outras instituições capazes de “vender” dinheiro, tais como financeiras regionais e *fintech* (artigo de Derlis Parserisas).

Nessa nova divisão do trabalho, que significa uma internacionalização da economia e do espaço e um alargamento dos contextos (SANTOS, 1996), alguns intermediários cedem lugar a outros. Viajantes de comércio, sedes bancárias, certos ramos comerciais e de serviços como despachantes e gestores, todos de existências visíveis e concretas, tendem a desaparecer em favor de outros intermediários mais invisíveis e abstratos. Plataformas como Mercado Livre, transporte e logística como Pick in, *fintech* como Mercado Pago e outras novas “criaturas financeiras” invadem o cotidiano e completam seus círculos nos pontos materiais de firmas modernas do denominado mercado extra-bancario. Tais pontos despontam como verdadeiros nós de intermediação de uma economia por vezes informal, por vezes vinculada ao significativo crescimento do comércio eletrônico.

A metrópole de Buenos Aires consolida-se como principal sede da organização técnica contemporânea, da produção de informações e da transformação do dinheiro captado no resto do território, a partir do desenvolvimento de atividades quaternárias próprias de um circuito superior sempre renovado. No entanto e graças à densidade técnica do território e às necessidades próprias e incessantes da modernização na área concentrada, o circuito superior metropolitano se expande alterando a organização da rede urbana

e das áreas de produção agropecuária, mas também da indústria, do comércio e dos serviços. Essa expansão é seletiva no território, uma vez que certas áreas de influência são mais modernas do que a própria metrópole, inclusive porque abrigam o nascimento de inovações.

O município de Vicente López, contíguo à cidade de Buenos Aires, tem se transformado, nas últimas décadas, numa área de localização de escritórios de grandes empresas nacionais e globais, estendendo e complementando as funções dos centros empresariais dos bairros centrais da capital como Monserrat, Balvanera, Retiro e Puerto Madero. De tal modo, o eixo norte da aglomeração encarna a expansão concentrada das atividades quaternárias no município de Vicente López e das atividades industriais modernas no município de Pilar.

Buenos Aires é o grande nó de articulação e comando das finanças, da produção técnica, das universidades e da consultoria. Há uma necessária articulação entre as empresas do circuito superior e as universidades, fundamentalmente privadas, que preparam a mão de obra que será capaz de agir técnica, simbólica e politicamente nessa nova divisão territorial do trabalho. Nem as técnicas nem o mercado funcionam sem uma informação abundante e precisa. Tratar-se-ia de um processo concomitante de banalização dos cursos universitários públicos e privados na área metropolitana de Buenos Aires e de especialização dos saberes no núcleo da metrópole, tal como afirma Ignacio Celis Marin.

A partir de pesquisas individuais inseridas num projeto geral, os Autores deste dossiê vão descortinando a formação socioespacial argentina na sua espessura e complexidade. Do início ao fim e através de formulações originais, as análises das situações escolhidas nos levam a indagar-nos em que medida a existência de uma área concentrada determina a constituição e o dinamismo dos circuitos da economia urbana. Esse parece o nosso principal labor, pois as perguntas têm o duplo papel de guiar nosso esforço de entendimento do mundo e de manter viva a teoria.

## Referências

- DI NUCCI, Josefina Inés. “Concentración y uso corporativo del territorio en Argentina: la lógica territorial de Carrefour”. *Cuadernos Geográficos*, vol. 54, Granada, 2015, p. 186-208.
- DI NUCCI, Josefina Inés. *División territorial del trabajo y circuitos de la economía urbana: bebidas gaseosas y aguas saborizadas en Buenos Aires, Mar del Plata y Tandil*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografía, Universidad Nacional del Sur, Bahía Blanca, Argentina, 2011.
- GIDDENS, Anthony. *La constitution de la société. Éléments de la théorie de la structuration*. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.
- MALDONADO, Gabriela Inés. El agro en la urbe. Expresión del circuito superior de la producción agropecuaria en la ciudad de Buenos Aires (Argentina). *Scripta Nova*, vol. XVII, Barcelona, 2013, p. 1-16.
- McGEE, Terence G. *The urbanization process in the third world. Explorations in search of a theory*. Londres: G. Bell and Sons, 1971.
- SANTOS, Milton. *L'Espace Partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés*. Paris: M.-Th. Génin, Librairies Techniques, 1975.
- SANTOS, Milton. O Retorno do Território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. e SILVEIRA, María Laura (Org) *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1994, p.15-20.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHIAFFINO, Guillermo Nicolás. *Divisiones Territoriales del Trabajo y Circuitos de la Economía Urbana: las empresas de servicios técnico-científicos de agricultura de precisión en el Área Concentrada de Argentina*. Dissertação de Mestrado em Políticas Ambientais e Territoriais, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2018.
- SILVEIRA, María Laura. Metrópolis brasileiras: un análisis de los circuitos de la economía urbana. *Eure*, Santiago de Chile, dic. 2007, vol. XXXIII, n° 100, 149-164.
- SILVEIRA, María Laura (coordinadora). *Circuitos de la economía urbana*. Ensayos sobre Buenos Aires y São Paulo. Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2016.